

Arthur Moura



**Lei de
EXECUÇÃO
FISCAL**

Comentada e Anotada

2.^a edição

Revista, atualizada e ampliada

2017

 **EDITORA**
JusPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 164, Ed. Marfina, 1º Andar – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Marcelo S. Brandão (santibrando@gmail.com)

Diagramação: Caetê Coelho e Jaqueline Oliveira (caete1984@gmail.com)

M929 Moura, Arthur.

Lei de execução fiscal – comentada e anotada / Arthur Moura. 2. ed. rev., atual. e ampl.
– Salvador: JusPODIVM, 2017.

528 p.

ISBN. 978-85-442-1212-7.

1. Execução fiscal – Brasil. 2. Execução fiscal – Legislação – Brasil. I. Título.

CDD 343.81040269

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO À EXECUÇÃO FISCAL.....	27
1. A Execução Fiscal como instrumento arrecadatório.....	27
2. Caráter social da execução fiscal. Princípios da igualdade e da livre concorrência.....	31
COMENTÁRIOS À LEI DE EXECUÇÃO FISCAL.....	37
Art. 1º.....	37
1. LEF como único instrumento processual para recuperar dívida ativa administrada por entes públicos.....	37
2. Legitimação para propor execução fiscal.....	40
3. Microsistema de execução fiscal.....	47
3.1.1. O NCPC.....	50
3.1.2. O diálogo das fontes.....	51
3.1.3. As leis especiais protetivas e o diálogo das fontes.....	53
Art. 2º.....	55
1. O Crédito fiscal: crédito tributário e crédito não tributário.....	55
1.1. O crédito tributário.....	56
1.2. O crédito não tributário.....	57
2. Efeitos da inscrição em dívida ativa.....	58
§ 1º.....	60
1. Controle de Legalidade do Crédito.....	60
2. Débitos de Pequeno Valor.....	62
3. Indisponibilidade do Crédito Público.....	65
4. Créditos que são inscritos em DAU.....	67
4.1. Créditos Tributários.....	67
4.2. Créditos na sistemática do Simples Nacional.....	68
4.3. Créditos não tributários.....	72
4.3.1. Multas criminais e eleitorais.....	72
4.3.2. Multas trabalhistas.....	72
4.3.3. Créditos da SPU.....	73
4.3.4. Créditos rurais.....	73
4.3.5. FGTS e a contribuição social da LC nº 110.....	74
5. Créditos que não podem ser inscritos em DAU.....	75
§ 2º.....	77
1. SELIC.....	77
2. Multas.....	79
3. Encargo Legal.....	84
§ 3º.....	85
§ 4º.....	88

§ 5º	89
I	90
II	91
III	92
IV	92
V	93
VI	93
§ 6º	93
§ 7º	94
§ 8º	96
§ 9º	101
Art. 3º	108
Parágrafo único	108
1. Noções gerais	108
Art. 4º	112
1. Noções gerais. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.	112
2. Execução fiscal contra a fazenda pública	116
I	117
II	118
III	119
IV	122
V	122
1. Inclusão na CDA, quando do ajuizamento	122
2. Redirecionamento da execução fiscal	124
VI	143
1. Sucessão em matéria tributária	143
2. Sucessão no caso de débitos do FGTS	145
3. Sucessão para os demais créditos não tributários	145
§ 1º	146
§ 2º	147
§ 3º	150
§ 4º	150
Art. 5º	153
1. Noções gerais	153
2. Fim da delegação da competência à justiça comum para as execuções fiscais federais ...	154
3. Competência para execução fiscal de multas trabalhistas	155
4. Competência para execução fiscal de multas eleitorais	155
5. Competência para execução fiscal contra a fazenda pública	156
6. Múltiplas possibilidades de competência no CPC	156
7. Competência na medida cautelar fiscal	157
8. Competência territorial e material	157
9. Conexão	157
10. Exclusividade do juízo da execução fiscal	159
Art. 6º	160
I	162
II	162

SUMÁRIO

19

III	162
§ 1º	162
§ 2º	163
§ 3º	163
§ 4º	163
Art. 7º	169
1. Consequências do despacho que defere a inicial no processo executivo fiscal.....	169
2. Fixação de honorários advocatícios	170
3. Averbação premonitória	171
I	172
1. Conceito, natureza jurídica e efeitos	172
2. Citação na Execução Fiscal.....	174
2.1. Ausência de citação pessoal na execução fiscal	174
II	174
1. Formas de garantir a execução	174
III	175
1. Conceito e natureza jurídica	175
2. Citação editalícia na LEF independe da realização de arresto.....	176
3. Arresto antes da citação	176
IV	179
1. Finalidade do registro da penhora nas execuções fiscais de dívidas não tributárias.....	179
2. Finalidade do registro da penhora nas execuções fiscais de dívidas tributárias.....	180
V	183
1. Importância da avaliação dos bens.....	183
Art. 8º	185
1. Modalidades de citação previstas na LEF	185
2. Há possibilidade de citação por hora certa na execução fiscal?	185
I	186
II	186
1. Citação postal é regra na execução fiscal	186
2. Recebimento da carta por pessoa diversa da executada	187
3. Citação por mandado. Zona Metropolitana.....	187
III	189
IV	189
1. Citação por edital na execução fiscal.....	189
2. Citação por edital e nomeação de curador especial	189
§ 1º	191
1. Executado domiciliado no exterior	191
§ 2º	191
1. Marco interruptivo da prescrição na execução fiscal	191
Art. 9º	193
I	194
II	194
1. Fiança bancária	194
2. Seguro Garantia.....	196

III	198
1. Dever de cooperação do executado	198
2. Direito da Fazenda Pública de recusar bem nomeado em desacordo com a ordem legal	199
IV	200
§ 1º	200
§ 2º	200
§ 3º	201
§ 4º	201
§ 5º	202
§ 6º	203
Art. 10	204
1. Conceito de penhora	204
2. Conversão do arresto em penhora	204
3. Procedimento da penhora	205
4. Efeitos	205
Art. 11	207
1. Penhora e indisponibilidade de bens	207
2. Faculdade de indicar bens à penhora	208
3. Penhora em execução fiscal contra a Fazenda Pública	211
4. Ordem de preferência no CPC	212
I	219
II	229
III	231
IV	232
V	238
VI	238
VII	240
VIII	241
1. Penhora de direitos e ações	241
2. Outros tipos de penhora	245
2.1. Da penhora de percentual de faturamento de empresa	245
2.2. Da penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel	246
2.3. Penhora sobre bens móveis vinculados ao exercício da profissão	247
§ 1º	247
§ 2º	251
§ 3º	251
Art. 12	254
§ 1º	254
§ 2º	254
§ 3º	254
Art. 13	258
§ 1º	258
§ 2º	258
§ 3º	258

Art. 14	261
I	261
II	261
III	261
Art. 15	264
I	264
1. Substituição de bens e anuência do exequente	264
2. Substituição por precatório	265
II	266
1. Substituição realizada pelo exequente	266
2. Penhora insuficiente. Reforço de penhora pode ocorrer de ofício?	267
3. Reforço ou substituição de penhora reabre prazo para propositura de embargos?	267
Art. 16	272
1. Defesa na execução fiscal	272
2. A exceção de pré-executividade	272
3. Procedimento	275
4. Efeitos	277
4.1. Efeito suspensivo pode ser atribuído <i>ex officio</i> ?	278
5. Parcelamento do crédito no CPC	278
I	280
II	280
III	280
1. Termo inicial para propositura de embargos	280
§ 1º	280
1. Impossibilidade de oferecimento de embargos sem prévia garantia do juízo	280
2. Insuficiência da penhora e admissibilidade dos embargos	282
3. Embargos à execução opostos por curador especial. Dispensa do oferecimento de garantia	282
4. Embargante beneficiário da justiça gratuita	283
§ 2º	285
§ 3º	286
1. Possibilidade de arguição de compensação como matéria de defesa nas execuções fiscais	286
Art. 17	292
Parágrafo único	292
1. Da impugnação	292
Art. 18	294
Art. 19	294
I	294
II	294
Art. 20	295
Parágrafo único	295
1. Noções gerais	295
2. Da competência em função da matéria dos embargos	295
3. Da natureza da decisão que recebe os embargos. Incompetência do juízo deprecado para receber os embargos	296

Art. 21	298
Art. 22	301
1. Última etapa da expropriação de bens.....	301
2. Carta de arrematação	302
3. Arrematação por preço vil	303
4. Desfazimento da arrematação	304
5. Efeitos da arrematação	304
§ 1º	309
§ 2º	310
Art. 23	313
1. Etapas da alienação de bens penhorados	313
2. Alienação por iniciativa particular	314
3. Procedimento	315
4. Leilão Público	315
5. Leilão eletrônico.....	316
6. Leilão nas execuções fiscais federais (Lei 8.212/91).....	317
§ 1º	320
§ 2º	320
Art. 24	325
I	325
II	325
a).....	325
b)	325
Parágrafo único	325
1. Noções gerais	325
2. Uso do CPC e da Lei 8.212 como norma suplementar	326
3. Adjudicação nas execuções fiscais federais	329
Art. 25	330
Parágrafo único	330
Art. 26	334
1. Da natureza da decisão de primeira instância.....	334
2. Condenação em Honorários	335
3. Duplo grau de jurisdição obrigatório	337
Art. 27	340
Parágrafo único	340
Art. 28	342
Parágrafo único	342
1. Requisitos para a reunião de processos	342
Art. 29	344
Parágrafo único	344
I	344
II	344
III	344
1. Aplicação a créditos tributários e não tributários	344
2. Concurso entre as Fazendas Públicas	346

Art. 30	350
1. Noções gerais	350
2. Da impenhorabilidade de bens	350
3. Impenhorabilidade do bem de família	351
3.1. Único imóvel familiar locado a terceiros	352
3.2. Imóvel pertencente a pessoa solteira	352
4. É possível a penhora de estabelecimento comercial da empresa executada?	352
Art. 31	356
Art. 32	361
1. Noções gerais	361
I	368
1. Como preencher as guias de depósito	368
II	370
§ 1º	370
§ 2º	371
Art. 33	374
Art. 34	375
§ 1º	375
§ 2º	375
§ 3º	375
Art. 35	379
Art. 36	380
Art. 37	381
Parágrafo único	381
Art. 38	383
1. Noções gerais	383
2. Mandado de Segurança	384
3. Ação anulatória e ação declaratória	385
4. Ação de repetição de indébito	387
Parágrafo único	393
Art. 39	396
Parágrafo único	396
1. Isenção. Emolumentos cartorários	396
2. Isenção. Atos judiciais	397
3. Ressarcimento de custas	398
Art. 40	400
1. Condições do arquivamento	400
2. Prazo da prescrição intercorrente	401
3. Reconhecimento de ofício pela Fazenda Pública	405
4. Abrangência do art. 40	407
5. FGTS e prescrição	408
§ 1º	408
§ 2º	410
§ 3º	411
§ 4º	412
1. Necessidade de intimação da Fazenda Pública	412

2. Prescrição em relação aos sócios.....	413
3. Multiplicidade de prazos.....	413
4. Teoria da <i>actio nata</i>	414
5. Unidade ou unidimensionalidade do prazo prescricional	416
6. Unidade do prazo prescricional	419
§ 5º	428
Art. 41	432
Parágrafo único	432
1. Sobre a manutenção do processo administrativo fiscal	432
2. Outros processos administrativos.....	433
3. A consulta ao processo administrativo na repartição. Solicitação de cópias	433
4. Juntada do processo administrativo fiscal aos autos judiciais	434
Art. 42	436
O REGIME DIFERENCIADO DE COBRANÇA DE CRÉDITO	437
A SECURITIZAÇÃO DOS DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA	441
COMENTÁRIOS À LEI DA MEDIDA CAUTELAR FISCAL	449
LEI Nº 8.397/92	449
Art. 1º	449
1. Noções gerais	449
2. Fundamentos da Medida Cautelar Fiscal.....	451
3. Legitimidade ativa	452
4. Espécies de Medidas Cautelares Fiscais	452
Parágrafo único	453
1. Medida Cautelar fiscal sem crédito constituído	453
2. Taxatividade.....	455
3. Ônus da prova	455
4. Créditos suspensos.....	455
Art. 2º	457
1. Crédito fiscal. Polo passivo.....	457
2. MCF contra a Fazenda Pública	458
3. Autonomia das hipóteses de cabimento	458
I	461
II	462
III	463
IV	464
V	465
a)	465
b)	466
VI	467
VII	469
VIII	470
IX	474

Art. 3°	476
1. Noções gerais	476
2. Recurso cabível	477
3. Concessão da liminar	477
I	477
II	478
Art. 4°	480
1. Noções gerais	480
2. Limites	480
§ 1°	481
a)	481
b)	481
1. Do ativo permanente	481
2. Corresponsabilidade na MCF	484
§ 3°	486
Art. 5°	487
Parágrafo único	487
1. Noções gerais	487
2. Casos específicos	487
Art. 6°	491
I	491
II	491
III	491
IV	491
1. Noções gerais. Necessidade de fundamentação.	491
2. Elementos da petição inicial	492
3. Redirecionamento	493
4. Aplicação do CPC	493
5. Valor da causa.	493
6. Indicação de bens	494
Art. 7°	496
Parágrafo único	496
1. Noções gerais	496
Art. 8°	497
Parágrafo único	497
a)	497
b)	497
1. Noções gerais	497
2. Elementos da contestação.	498
Art. 9°	499
Parágrafo único	499
1. Noções gerais	499
2. Intimação para conciliação ou mediação	499
Art. 10	500
Parágrafo único	500
1. Noções gerais	500

Art. 11.....	502
1. Noções gerais.....	502
2. Tratamento no CPC.....	502
3. Natureza do prazo.....	503
4. Início do prazo relacionado à irrecorribilidade administrativa.....	506
5. Prazo em dobro.....	506
Art. 12.....	507
Parágrafo único.....	507
1. Pendência da Eficácia.....	507
2. Revogação da MCF.....	507
3. Revogação parcial e deslocamento da MCF.....	509
4. Modificação da MCF.....	510
5. Eficácia na suspensão do crédito fiscal.....	510
Art. 13.....	511
1. Noções gerais.....	511
I.....	511
II.....	512
III.....	512
IV.....	513
Parágrafo único.....	514
Art. 14.....	514
1. Noções gerais.....	514
Art. 15.....	515
1. Noções gerais.....	515
2. Indeferimento em razão de causa extintiva.....	516
3. Influência no julgamento da execução fiscal.....	516
Art. 16.....	517
Art. 17.....	517
1. Noções Gerais.....	517
2. Efeito suspensivo.....	518
3. Condenação em honorários advocatícios.....	519
Art. 18.....	520
1. Noções Gerais.....	520
2. Abrangência da aplicação da Lei 8.397/1992.....	520
Art. 19.....	520
Art. 20.....	521
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	525